

O entulho esquecido ³⁰

LUCIA HIPPOLITO

As estripulias editoriais de senadores e deputados, velhas conhecidas de todos, mas recentemente reavivadas, fazem ressurgir a indignação com as mordomias desfrutadas pelos parlamentares e colocam uma indagação: por que eles, aglissimos na pretensão de ter removido tudo a que se chamou "entulho autoritário", tão logo restaurada a democracia, omitiram-se na hora de remover seu próprio entulho?

E verdade que, em nenhum lugar do mundo, a classe política é composta apenas pelo bom-mocismo virtuoso, mas comparada ao que se transformou depois, a vida dos políticos brasileiros antes da ditadura era quase austera.

Com a mudança da capital para Brasília, uma série de facilidades já tinha sido concedida aos parlamentares, a pretexto de serem necessárias à transferência da capital: apartamentos funcionais, passagens de avião (inclusive com ida e volta ao Rio de Janeiro, independentemente do estado de origem), entre outras.

Mas durante a ditadura a postura desapareceu de vez, como resultado de um processo deliberado de domesticação do parlamento, promovido pelo regime. Um vasto arsenal de medidas restritivas foi acionado para amordacar o Legislativo: cassações, perda de prerrogativas, voto de liderança, decurso de prazo para aprovação de projetos do Executivo.

Mas houve a contrapartida, até para tornar atraente a atividade parlamentar, para manter o Legislativo funcionando e encenar a mímica da normalidade democrática: gabinetes individuais, aumento das franquias postais e telefônicas, co-

tas de gasolina, possibilidade ilimitada de contratação de parentes e apaniguados, privilégios tributários, generoso plano de aposentadoria, crescimento imoderado dos serviços auxiliares.

Enfim, a ditadura foi gradativa e deliberadamente viciando a classe política brasileira, transformando-a em dependente da pequena e da grande mordomia. Como resultado, o Congresso se transformou num gato gordo e saciado, sem vontade nem agilidade para correr atrás dos camundongos de sua alçada. Estas benesses infiltraram-se de forma lenta, gradual e segura no organismo da classe política e, quando chegamos a 85, nos deparamos com um Congresso inteiramente viciado nas pequeninas e nas grandes corrupções, pois este é o verdadeiro nome da coisa.

Todo este processo, que se reproduziu no Judiciário, no Executivo, na burocracia estatal direta e indireta, sem contar seu contágio a estados e municípios, e que mina gravemente a saúde das instituições democráticas, foi um dos maiores crimes cometidos pelo regime de 64 contra o país. E a redemocratização ainda não se revelou capaz de elucidá-lo inteiramente para poder repará-lo com eficácia.

Hoje, o mais ético dos deputados não cogita de arcar com suas despesas totais de telefone e correio nem de pagar o aluguel do apartamento funcional a preços de mercado, como fazem seus eleitores. O mais ético dos senadores não recusa a cota de gasolina nem devolve as passagens de avião gratuitamente e pagas com recursos públicos.

Não há CPI do Orçamento nem apelos grandiloquentes à ética que possam substituir a correção dessas mazelas. Isto tem que nascer como decisão dos próprios parlamentares de iniciar um tratamento de desintoxicação. Não fazer isto é colocar a própria consolidação da democracia em sério risco de overdose.

Lucia Hippolito é cientista política